

## **FILOSOFIA BRASILEIRA E SEUS ENTRAVES: UM ESTUDO DE CASO A PARTIR DO PROJETO PEDAGÓGICO DO CURSO DE FILOSOFIA DA UEPB**

BRAZILIAN PHILOSOPHY AND ITS OBSTACLES: A CASE STUDY FROM THE PEDAGOGICAL PROJECT OF THE PHILOSOPHY COURSE AT UEPB

*Sérgio de Faria Lopes<sup>1</sup>*

### **Resumo:**

O presente texto objetiva fazer uma aproximação das possibilidades da quebra da dependência filosófica eurocêntrica e o estímulo e valorização do pensamento nacional. Para isso, pretendo, a partir do Projeto Pedagógico de Curso de Filosofia – PPCF da Universidade Estadual da Paraíba - UEPB, apresentar as possibilidades de filosofar dentro de um cenário local, bem como sob uma perspectiva para um filosofar em contexto nacional. Ao longo do tempo, as universidades brasileiras contribuíram para a formação de profissionais replicadores do pensamento exótico (mimetismo filosófico), não nacional, o que priorizou a construção de excelentes intérpretes e comentadores especializados. Todavia, a falta de estímulo e valorização do pensamento autônomo consolidou um ciclo vicioso em que o professor intérprete forma outro, no entanto, aquele que será um bom comentador no futuro, sem espaço para uma filosofia independente e voltada para a realidade brasileira. Para a valorização e estímulo de novos pensadores nacionais, é de extrema importância, primeiramente, o resgate histórico da filosofia brasileira (valorizar o legado nacional), mostrando limitações impostas a esses pensadores, bem como os preconceitos sofridos pelo pensamento colonizado. Além disso, precisamos, de um conceito de filosofia mais flexível, que dê conta de toda a pluriversidade imbuída nesse próprio conceito, ou seja, entender e reconhecer que todas as perspectivas devem ser válidas e apontar como equívoco, o privilégio de apenas um ponto de vista. Por fim, devemos promover uma quebra dessas amarras epistemológicas eurocêntricas pela via descolonial, a qual ainda opera na contemporaneidade, seguindo os ditames do padrão mundial de poder.

**Palavras-chave:** Filosofia Nacional – Descolonialidade – Ensino de Filosofia - Filosofia Latino-Americana

### **Abstract:**

This text aims to approximate the possibilities of breaking the ethnocentric dependence and the stimulus and valorization of national thought. For this, I intend from the Pedagogical Project of Philosophy Course - PPCF of the State University of Paraíba - UEPB, to present the possibilities of philosophizing within a local setting, as well as, under a perspective for philosophizing in a national context. We have built over time, as thinkers, professionals that replicate exotic (philosophical) thinking, not national, which prioritized the training of excellent interpreters and specialized commentators. However, the lack of encouragement and appreciation of autonomous thinking has consolidated a vicious cycle in which the interpreter teacher forms another one who will be a good commentator in the future, with no space for an independent philosophy focused on the Brazilian reality. For the valuation and encouragement of new national thinkers, it is extremely important, first, the historical recovery of Brazilian philosophy (valuing the national legacy), showing the limitations imposed on these thinkers, as well as the prejudices suffered by colonized thought. In addition, we need a more flexible philosophy concept, which accounts for all the pluriversity imbued in this concept, that is, to understand and recognize that all perspectives must be valid and point out as a mistake the privilege of just one point of view. Finally, we must promote a breakdown of these eurocentric epistemological bonds by decolonial means, which still operates in contemporary times, following the dictates of world standard of power.

**Keywords:** National Philosophy – Decoloniality – Philosophy Teaching – Latin American Philosophy



## Introdução

Pensar em uma filosofia brasileira ainda é um grande desafio dentro dos centros de discussões filosóficas nacionais, na academia e principalmente dentro da ANPOF (Associação Nacional de Pós-Graduação em Filosofia) e da Sociedade Brasileira de Filosofia. Esse desafio tem seu ponto de partida no próprio desenvolvimento da filosofia no Brasil, que vai desde o esquecimento e/ou desconhecimento de nossos primeiros pensadores, perpassando pelo processo de colonização do pensamento nacional (MARGUTTI, 2008, p. 225), chegando até aos objetivos dos projetos pedagógicos dos cursos de filosofia (PPCF) brasileiros.

Desde a nossa “descoberta” e posterior escravização espacial, temporal e do pensamento autóctone (deliberadamente um massacre epistemológico<sup>2</sup>), tivemos ligados diretamente a uma idealização filosófica única - um cacete de introjção de algo que não é nosso, do qual nada se considera importante enquanto aspectos endógenos, mas sim de uma extrema valorização do pensamento grego e europeu. De acordo com o conceito de *epistemicídio* de Boaventura de Sousa Santos, essa colonização epistêmica consiste na verdade, em um apagamento de culturas e pensamentos não abarcados pelo etnocentrismo europeu. A colonização não foi somente espacial, mas temporal, social, política, racial, sexual e epistemológica. Em relação a filosofia, fomos obstinados a não filosofar a partir de nós, mas a partir deles, debatendo somente os seus problemas (PALÁCIOS, 2004, p. 11).

Ao pensar em uma filosofia única (e nesse caso, grega) desconsidera-se todo o saber dos povos indígenas e de outras formas de manifestações filosóficas, ou seja, aceitar uma produção filosófica indígena pode nos ajudar a desconstruir essa perspectiva eurocêntrica implícita em diversas narrativas da colonialidade (NOGUERA, 2016). No entanto, “isso” não seria considerado filosofia, diriam eles. Por outro lado, construímos ao longo de tempo, enquanto pensadores, profissionais replicadores do pensamento exótico (mimetismo filosófico), não nacional, e dessa forma, firmamos um tipo de filósofo que faz de sua profissão, um excelente intérprete de obras gregas e modernas, pois filosofar na contemporaneidade e sobre todos os problemas da sociedade atual seria apenas receber um carimbo oficial de um achismo nacional, isto é, ser considerado como um mero filosofante.

Certas habilidades e competências foram e ainda são priorizadas (normalmente voltadas para o mercado de trabalho em busca de um empreguismo) e desenvolvidas nos centros acadêmicos nacionais em cursos de filosofia, como por exemplo o estímulo aos estudantes de filosofia, a comentar textos clássicos sem qualquer reflexão e elaboração pessoal e independente, priorizando apenas a exegese dos textos. De certa forma, isso é feito de forma paradoxal, pois a filosofia é concebida pela propositura da problematização, da construção de problemas e conceitos (ver DELEUZE e GUATARRI, 2010), mas ao mesmo tempo, está sendo aquela que também não estimula e incorpora para dentro de si, os problemas sociais contemporâneos como sendo reflexões importantes e urgentes de serem elaborados.

A dilaceração do pensamento criativo filosófico na graduação é perpetuada durante a pós-graduação, em que o discente-filósofo acaba por receber um fortalecimento do desestímulo à reflexão pessoal, e produz o que é esperado, um aprimoramento de suas habilidades exegéticas e pouco incentivo, talvez um mínimo no doutoramento, para a reflexão autônoma. De alguma forma, o conjunto desses

fatores atribuiu aos filósofos nacionais uma certa invisibilidade e desprezo pela comunidade filosófica brasileira, por sua ousadia em “tentar” exercer a atividade de filosofar nacionalmente. De acordo com Margutti (2018, p. 226) “através dessa atuação, estamos no momento não apenas praticando uma filosofia desligada da realidade brasileira, mas também produzindo uma autêntica comunidade de desconversação”.

Desse modo e refletindo que a filosofia é um conjunto de problemas, teorias e argumentos, as instituições de filosofia devem, justamente, ensinar esse conjunto, sem, no entanto, olvidar o saber-fazer com a construção de argumentos sólidos, engendrando novos conceitos reconstruídos sobre a realidade próxima. Com essa perspectiva, Desidério Murcho nos diz:

(...) O mesmo acontece no ensino de excelência da filosofia. O estudante tem de compreender os problemas, teorias e argumentos da filosofia, tal como surgem ao longo da história da disciplina, mas tem também de saber discutir por si os problemas, teorias e argumentos da filosofia. Ou seja, tem de saber filosofar (MURCHO, 2008, p. 91).

Filosofar é fazer o que os filósofos fazem, caso contrário, as práticas docentes tornar-se-ão, “meras repetições de práticas vividas como estudantes [...] sem sequer reflexões mais sérias sobre significados” (HOFFMANN, 2009, p. 166) acerca das ações envolvidas no processo formativo. Na verdade, e de acordo com Palácios (2004, p. 15) “...é o complexo de inferioridade de muitos professores de filosofia que não querem ou não podem filosofar, e se limitam a comentar, que impede o livre exercício de filosofar”.

Se os próprios professores não se sentem à vontade (e libertários) para o exercício da atividade filosófica autóctone, quem dirá os discentes que são ensinados por eles. Como então quebrar esse ciclo vicioso, em que novos filósofos se formam e por sua vez, irão formar outros, do mesmo jeito que foram formados, ou seja, bons (ou nem isso) intérpretes? Segundo Silveira (2016), é possível dentro do que ele chama de estufa cultural, estudar filosofia e exercer a profissão de filósofo durante anos, sem fazer referência a nenhuma situação nacional ou sem refletir sobre algo que seja específico do país, apenas permanecendo dentro da estufa. No entanto, alguns caminhos são possíveis para a interrupção dessa dinâmica (o estouro da bolha), um deles e de acordo com Margutti (2018), seria pela via descolonial, a qual pode ser compreendida como o rompimento do pensamento liberal, mas também pela quebra do código ocidental, que está baseado na lógica da colonialidade (do tempo, do espaço e do pensamento) e na retórica da modernidade.

Dito isso e fazendo uma aproximação das possibilidades de quebra da dependência etnocêntrica europeia e o estímulo e valorização do pensamento nacional, pretendo a partir do Projeto Pedagógico de Curso de Filosofia – PPCF (2016) da Universidade Estadual da Paraíba - UEPB, destacar o perfil da formação docente e do egresso, bem como os objetivos e conteúdos curriculares do PPCF e com isso, apresentar as possibilidades de filosofar dentro de um cenário local, bem como sob uma perspectiva para um filosofar em contexto nacional. Sendo assim, irei discorrer, a partir de pesquisa bibliográfica e aprofundamento de uma análise detalhada do PPCF-UEPB, sobre a seguinte questão: como em um país em que não se ensina/valoriza o pensamento filosófico autônomo, poderia um estudante de filosofia filosofar?

Para responder a essa questão apresento uma breve retrospectiva da filosofia nacional e os processos que culminaram em sua desvalorização. Em seguida analiso o PPCF da UEPB, dentro de uma perspectiva de valorização do pensamento nacional e por fim respondendo à questão da pesquisa, desenvolvo aspectos sobre os entraves e/ou possibilidades para a construção de uma filosofia brasileira, a partir do pensamento filosófico autônomo local.

### **Uma breve reflexão sobre a Filosofia Nacional**

O pensamento filosófico no Brasil está distribuído por três períodos cruciais na história brasileira: o *período colonial*, o *imperial* e o *republicano*. Os estudos filosóficos no Brasil iniciam, enquanto educação nacional, no período colonial, mesmo que de modo ainda restrito, destinado ao segmento aristocrático, de quem detinha a propriedade de terra e da qual se excluía as mulheres, os índios, os negros e os pobres (PUPIN, 2006, p. 27). Essas primeiras iniciativas advinham da Companhia de Jesus em Portugal e Espanha no século XVI, e propunha o estudo da Filosofia e da Teologia junto às Humanidades, tendo as matrizes de pensamento de Aristóteles (384-322 a.C.) e de São Tomás de Aquino (1225-1274) como bases formadoras do pensamento filosófico. Já no período imperial, a filosofia nos currículos escolares sofre influência do positivismo no Brasil, o que com a reforma Paulino de Souza, a ênfase passa a ser dada nas matérias científicas de Física, Química e História Natural, deixando a Filosofia com quase nenhuma representação (PUPIN, 2006, p. 36). Essa perda de espaço no currículo escolar, mesmo após a Proclamação da República, dificultou seu posicionamento equânime entre as demais disciplinas. Apenas depois dos anos 30 houve uma melhoria em sua representatividade (HORN, 2000, p. 18). Essa perspectiva a partir do ensino de filosofia escolar, foi oriunda das formações filosóficas pelas instituições de ensino superior. Com o Brasil republicano, o pensamento filosófico destinou a um culturalismo o qual resultou das propostas anti-positivistas da Escola de Recife, que trouxe para o pensamento filosófico brasileiro questões sociológicas, culturais, folclóricas e jurídicas, contrárias as ideias que aos poucos cristalizavam no cenário nacional. Seu principal expoente foi Farias Brito, considerado por muitos como um dos grandes filósofos brasileiros, além de nomes como Washington Vita e Miguel Reale (SANTOS, 2016).

Posteriormente, houve um movimento, de certa forma, de padronização na própria formação dos filósofos nacionais, que em sua maioria, frequentavam ou estudavam em universidades estrangeiras, e retornavam ao Brasil como comentadores especializados, sem buscar elaborações pessoais. A causa principal dessa dependência da fonte estrangeira na esfera científica e filosófica devia-se a inexistência de uma cultura universitária nacional; e por esta razão se justificaria o empreendimento de uma educação nova em substituição daquela até então marcada, desde a origem colonial, pela formação de letrados (CERQUEIRA, 2021). Isso infelizmente reflete ainda, e em muitas vezes, a realidade atual do país, com exceção daqueles formados no Instituto Rio Branco, que exigia a aplicação da filosofia à situação nacional, no entanto, atualmente deixou de lado a pedagogia marcada pelo estímulo à reflexão pessoal voltada para a realidade brasileira, fato esse, o que certamente significará uma perda para a intelectualidade brasileira (MARGUTTI, 2018, p. 225).

Essa problemática da originalidade que a filosofia brasileira enfrenta na atualidade foi discutida por Roberto Gomes em sua *Crítica da Razão Tupiniquim* (1994), na qual o autor argumenta até que ponto a elite intelectual brasileira está preocupada com questões fundamentais e contextuais ao país e não somente mais uma forma de reproduzir o pensamento estrangeirado. De acordo com o referido autor “o intelectual tupiniquim vive num estado de dissociação: voltado para fora e de fora esperando reconhecimento” (GOMES, 1994, p. 73). Tantas outras obras e artigos detalham e se debruçam sobre a atividade filosófica brasileira, que aqui por falta de espaço e por não atentar ao objetivo principal do artigo não irei prosseguir. No entanto, para entender de forma mais pormenorizada a nossa história filosófica e seus principais filósofos, em cada época, sugiro conferir os artigos publicados por José Crisóstomo de Souza intitulado *Fazer filosofia no Brasil: Civil, prática, transformadora, nossa* (CRISÓSTOMO, 2021) e *Filosofia brasileira: marcos teóricos* publicado por José Maurício de Carvalho (CARVALHO, 2021). Além, é claro, da neoclássica obra elaborada por Ivan Domingues (2017), *Filosofia no Brasil*, uma análise metafilosófica obrigatória a quem quer se dedicar a filosofia brasileira.

Para a valorização e estímulo de novos pensadores nacionais, é de extrema importância, primeiramente, o resgate histórico da filosofia brasileira (valorizar o legado nacional), mostrando as limitações impostas a esses pensadores, bem como os preconceitos sofridos pelo pensamento colonizado. No entanto, precisamos, além disso, de um conceito de filosofia mais flexível, que dê conta de toda a pluriversidade imbuída nesse próprio conceito, ou seja, entender e reconhecer que todas as perspectivas devem ser válidas e apontar como equívoco o privilégio de apenas um ponto de vista. Por fim, eliminar a invisibilidade dos filósofos nacionais e promover a valorização da produção de obras autônomas e originais.

A ideia é proporcionar por meio da Filosofia da Libertação (MENDIETA, 2003), um incentivo ao estímulo e valorização da filosofia latina-americana, mesmo que ainda haja debates sobre a existência dessa filosofia, o que remete ao debate histórico entre Salazar Bondy e Leopoldo Zea (ver BONDY, 1968; ZEA, 1969). Para Leopoldo Zea, filosofar na América Latina é refletir sobre o sujeito desse território e sua realidade, sobre os problemas emergidos com intuito de mudança, isto é, a filosofia, nesse caso, deve colaborar no processo de superação dos problemas advindos da situação socioeconômica e histórica, constituindo-se, assim, em uma filosofia de práxis, dos problemas suscitados do cotidiano. Entretanto, Juarez Sofiste (2005), entende que para o contexto brasileiro, antes de se pensar em filosofia da libertação, há de se pensar primeiro em uma libertação da filosofia da prática escravocrata europeia. Nesse sentido, se faz necessário, pela via descolonial, uma quebra do poder eurocêntrico e do epistemicídio do pensamento autóctone, ou seja, romper com a lógica da colonialidade do espaço, do tempo e do pensamento. Sobre esse assunto, é interessante revisitar alguns autores que trouxeram contribuições importantes para o pensamento descolonial, como por exemplo Walter Mignolo, Susana Nuccetelli, Ofelia Schutte, Jorge Gracia, Eduardo Mendieta<sup>3</sup> e vários outros.

A repressão na escrita autóctone e nesse caso nacional, longe da razão oficial grega, talvez se dê no campo de nosso silêncio determinado pelo lugar de quem fala, o sujeito dono do *logos*. Por outro lado, e silenciado, nós temos pouco espaço de liberdade criativa, de um jeito alienado de subserviência, entendemos que tudo aquilo que não for estrangeirado não é digno de classificação. Fomos silenciados e parece que gostamos disso, ou não? Para Gayatri Spivak (2010), o Outro, que nesse

caso somos nós, se alicerça em uma ideia de um sujeito alijado, que surge como uma categoria monolítica identificada desde sua condição de subalternidade e por isso, impossibilitado de falar<sup>4</sup>. Nesse caso, como poderíamos falar? E ainda, como eles podem nos ouvir, ou pelo menos, nos ler? E ainda mais, produzimos apenas para que outros intelectuais acadêmicos possam nos ler? São questões importantes que devemos refletir.

Para um início de desenvolvimento, é de extrema relevância e emergência um investimento em produções textuais desde a graduação, para que os futuros filósofos, possam superar a colonialidade e a face obscura da modernidade, a qual ainda opera na contemporaneidade, seguindo os ditames do padrão mundial de poder. Devemos manter um posicionamento contínuo e dinâmico de transgressão e insurgência sobre esse padrão vigente sob uma abordagem historicista<sup>5</sup>, calcado em nossa história de opressão ao pensamento original e livre. Ou teremos que aceitar que ainda somos uma país pré-filosófico?

Essa ênfase no passado exerceu uma influência nefasta para a existência de uma filosofia feita aqui no Brasil. Contudo, propor algo que escape ao que é disposto pelas grades curriculares tradicionais não é tarefa fácil, no entanto, sempre existe possibilidades. Gonçalo Armijo Palácios em sua obra intitulada *De como fazer filosofia sem ser grego, estar morto ou ser gênio* (2004) apresenta uma proposta possível para a quebra dessa tradição. Para ele, poderia pensar em uma substituição da grade curricular, com ênfase na história da filosofia, por outra proposta em que no primeiro semestre o aluno deveria ser matriculado em quatro componentes curriculares, sendo que cada um deles se dedicaria a uma das quatro grandes épocas da filosofia: Filosofia Antiga, Filosofia Medieval, Filosofia Moderna e Filosofia Contemporânea. Em cada componente, os novos estudantes deveriam estudar os problemas centrais discutidos, bem como as soluções de seus principais filósofos. Nos outros semestres restantes, eles teriam a oportunidade de se aprofundar apenas nos assuntos por eles selecionados. Com o término do curso, certamente não sairiam eruditos em história da filosofia, mas seriam uma futura filósofa ou filósofo, de interesse tanto à filosofia quanto ao Brasil (PALÁCIOS, 2004, p. 109). Sobre essa possibilidade, cabe aqui a lembrança do pensamento de Fernet-Betancourt (1993), filósofo cubano, principal teórico da Filosofia Intercultural, o qual diz que “nem tudo se ensina. O sistema educacional é uma decisão”. E decisões devem ser primeiramente pensadas e discutidas, mas em algum momento de nossa breve história futura, teremos que agir.

Enfim, duas são as perspectivas futuras dependentes do andamento de nossas ações enquanto filósofos, sendo por um lado e de acordo com Roberto Gomes (1994), se a filosofia brasileira mantiver essa atitude apática, reprodutivista aos conteúdos estrangeiros, negando sua brasilidade e seu contexto nacional, o país não amadurecerá em termos de um pensamento original, estando fadado a não estabelecer suas condições próprias, e dependente permanente de outras culturas, o que fatalmente distanciaria o estabelecimento de uma filosofia brasileira. Ou por outro lado, Silveira (2016) afirma que é justamente em sua independência como atividade intelectual, de distanciamento crítico e rigor no trato endógeno dos problemas, que a nossa filosofia se revela tipicamente nacional. Então, qual caminho seguir para se consolidar enquanto filosofia brasileira? Ou teremos apenas essas duas possibilidades? Na verdade, não se trata de uma escolha maniqueísta entre uma filosofia institucional (tradicional) e outra autoral.

Para Domingues (2017), a filosofia brasileira tem em seu futuro a construção de um profissional caracterizado como o “*intelectual cosmopolita globalizado*” (2017, p. 20-43), isto é, engajado em causas nacionais, mas ao mesmo tempo refletindo de forma globalizada, unindo o local com o universal. Algo semelhante a Habermas, Rawls ou Foucault. No entanto, para Ivan Domingues, ainda não existe um tal intelectual no Brasil e essa figura intelectual brasileira deverá surgir no futuro a partir da saturação da formação filosófica brasileira. Todavia, esse intelectual apenas poderá se constituir sobre algo que já existiu no passado ou já constituído (COSTESKI, 2021, p. 170).

Por isso, neste momento, seja importante pensarmos sobre as questões iniciais que dizem respeito ao processo formador de novos filósofos, o ensino da Filosofia, ou seja, é imprescindível que nesse processo coloque em debate a filosofia brasileira em duas frentes: primeiro, na formação do futuro filósofo ou do docente-filósofo e, paralelamente, na construção e proposição do currículo das escolas da Educação Básica.

### **O PPCF da UEPB sob a perspectiva da filosofia nacional**

O Projeto Pedagógico de uma instituição deve ser entendido como a sistematização, nunca definitiva, de um processo de Planejamento Participativo, que se aperfeiçoa e se concretiza à medida que se define o tipo de ação educativa que quer se realizar. Assim, o Projeto Pedagógico de um curso, por exemplo de Filosofia, é um instrumento teórico metodológico para a intervenção e mudança da realidade, ou seja, é um elemento de organização e integração da atividade prática no processo de transformação.

O PPCF da Universidade Estadual da Paraíba foi reestruturado e atualizado em 2016, por meio da coordenação do Núcleo Docente Estruturante - NDE, do curso de Filosofia. Esse novo Projeto Pedagógico foi aprovado através da Resolução/UEPB/CONSEPE/0141/2016, a qual ficou sujeita à aprovação anterior da RESOLUÇÃO/UEPB/CONSEPE/068/2015. Essa resolução aprovou os regimentos dos cursos de graduação da UEPB, bem como das Diretrizes Curriculares Nacionais do Curso de Graduação em Filosofia.

Essa nova proposta buscou atualizar-se e adequar-se às novas demandas da formação docente e da prática educativa em Filosofia, e dentre outras questões, buscou redefinir a carga horária total do curso em 3.200 horas, além da fixação de 10 semestres, ou 5 anos, como duração mínima para conclusão do curso, nos turnos de funcionamento diurno e noturno. O referido curso tem como meta principal preparar os discentes a se tornarem profissionais qualificados, com formação sólida e consistente no mercado de trabalho, atuando em atividades plurais na área de filosofia. Dentre os aspectos destacados no PPCF que interessam a este artigo, estão as questões que tratam sobre a concepção e estruturação do curso, aos seus objetivos, e a análise da formação ética, crítica e humanística que compõem os componentes curriculares da nova grade (UEPB, 2016, p. 26).

O curso de filosofia da UEPB de acordo com seu Projeto Pedagógico apresenta-se como um fórum acadêmico-institucional permanente de formação humanística, voltado para as discussões sobre a necessidade de atualização dos parâmetros da racionalidade e da ação, com bases éticas, estéticas e culturais. No entendimento da concepção do curso, a configuração moderna e pós-moderna tem

contribuído para a segmentação dos saberes e experiências e assim, dificultado a integração sob uma base humanista, o benefício do contraditório dialético, o que tem distanciado cada vez mais da instrumentalização positivista (UEPB, 2016, p. 26). Como dito antes, uma das grandes bases de modificação do PPCF foi relacionado a mudança do regime do curso de anual para semestral e a consequente necessidade de adequação da carga horária e de remanejamento de componentes curriculares. Assim, alguns componentes, de acordo com o grau de abrangência, tiveram suas cargas horárias ampliadas ou reduzidas, e até mesmo excluídas. Além disso, houve alteração nas linhas de pesquisas e atualização das ementas e bibliografias. No entanto, tais mudanças não afetaram a configuração essencial original do PPCF da UEPB.

No que tange aos objetivos e de acordo com o Conselho Nacional de Educação (CNE), de propiciar a autonomia profissional e intelectual do aluno, o curso de graduação em Filosofia (Licenciatura) deve satisfazer ao que concerne aos aspectos metodológicos e às perspectivas de abordagem, as problematizações da Filosofia, em seus múltiplos aspectos, a começar pela própria definição de Filosofia, que deve se dar na medida em que representa a diversidade das posições do diálogo filosófico. Tal caráter crítico e metadiscursivo deve anular a possibilidade de dogmatismo (UEPB, 2016, p. 32). No que concerne aos conteúdos, o curso apresenta uma abordagem histórica que visa possibilitar a apreensão do processo de constituição da tradição logocêntrica ocidental, além da significação filosófica das reflexões e das ações humanas, por meio do estudo da metafísica, ética, estética, lógica, ontologia, gnosiologia e filosofia da linguagem, da ciência, da política e da religião. Assim, deverá possibilitar a promoção da educação para a formação humanística, a fim de promover uma cultura filosófica e, conseqüentemente, atingir o fim da humanização social. Tal processo de emancipação social, no âmbito individual e coletivo, reflete-se em termos de uma formação autônoma, criticamente capaz de desenvolver a consciência.

No entanto, o NDE do Curso de Filosofia recomenda ao corpo discente o contato direto com os autores clássicos da filosofia e seus comentadores principais, bem como se instrumentalizarem com diversos recursos bibliográficos, didáticos e de vivências, além de orientar os discentes sob uma perspectiva que lhes propiciem uma visão da necessidade do engajamento efetivo nos processos emancipatórios e de aprendizagem contínua, por meio da formação de uma consciência crítica, em vista dos problemas sócio-políticos. Além disso, o PPCF aponta desenvolver, com ênfase crítica sob uma orientação pedagógica e metodológica, a conscientização e a formação filosófica humanística, inserida na realidade social brasileira e local, visando à formação para o exercício pleno da cidadania, assentadas as suas bases na autonomia do pensamento e da ação eticamente responsável, questionadora e transformadora da realidade (UEPB, 2016, p. 33 e 34).

Apesar de toda essa construção argumentativa a favor do incentivo da formação crítica, humanística e autônoma, o principal eixo temático do curso segue uma ordem cronológica da história da filosofia, desde a antiguidade, o medievo e as questões metafísicas e gnosiológicas, passando pela Modernidade, Filosofia social e Política até a Contemporaneidade, com visitas aos autores como Nietzsche, Hegel, Freud, Husserl, Sartre entre outros. Além desse eixo teórico, se faz presente outro eixo destinado a Prática e ao Estágio em Filosofia (entendendo ser um curso de licenciatura). A formação desses eixos segue a construção curricular de outros



cursos de Filosofia em outras Instituições brasileiras, mas deixa muito pouco espaço para a valorização da filosofia nacional e conseqüentemente do estímulo e pensamento autônomo. Dos 42 componentes curriculares do Curso (base comum e base específico, além de Estágios e TCC, o que representa 2760 horas), apenas 60 horas (ou seja, somente 2,17% da carga horária total) são destinadas aos estudos da filosofia nacional e seus autores, no componente curricular de História da Filosofia no Brasil - FILO 1034 (UEPB, 2016, p. 102). De acordo com ementa, o componente busca estudar a influência da Igreja católica no início da colonização do Brasil, além do ecletismo, germanismo e positivismo na formação do pensamento filosófico brasileiro. Também a componente objetiva apresentar aos discentes os pensadores brasileiros: Farias Brito, Tobias Barreto e Leonel Franca, bem como os rumos da filosofia atual no Brasil.

Além desse componente específico que trata da filosofia *no* Brasil, os componentes de Metodologias de Ensino de Filosofia I e II, disponíveis na grade curricular no 4º e 5º períodos, respectivamente, tem em suas ementas pontos destinados ao retrato sócio-histórico da Educação no Brasil com foco no Ensino de Filosofia, com a indicação de algumas obras que podem ter temas transversais sobre a filosofia brasileira (UEPB, 2016, p. 108 e 109). Outrossim, existe a possibilidade de incremento por parte de algum docente, nas diversas disciplinas obrigatórias e eletivas, de trazer alguma obra ou mesmo possibilitar o debate com artigos, teses, dissertações, entre outros, sobre a temática em questão. Cabe lembrar o importante destaque de Pereira (2019):

O discurso ainda é feito para dentro, e isso deve-se ao fato de que os documentos que embasam as Políticas Educacionais que orientam os currículos continuam brancas e eurocêntricas. Isso pode ser conferido nos Projetos Pedagógicos dos Cursos de graduação em Filosofia, cujas ementas dos componentes curriculares estão recheadas de autores europeus (PEREIRA, 2019, p. 357).

Diante desse cenário, fica claro o pouco investimento no estímulo ao acesso e a produção filosófica nacional no PPCF da UEPB, apesar da construção textual e dos objetivos do perfil dos egressos constatados no Projeto Pedagógico analisado sinalizar o contrário. Semelhante perfil pode ser encontrado facilmente em outros PPCF brasileiros, o que prejudica ainda mais a promoção de debates necessários para a formação e valorização da autonomia discente nos cursos de filosofia. No entanto, tenho observado enquanto discente, o esforço de alguns docentes ao estímulo da produção textual autônoma do aluno, possibilitando a construção de um texto que diz o que se pensa e não apenas argumenta do que se leu (do pensado). Todavia, com toda a dificuldade intrínseca da elaboração e atualização do PPCF da UEPB, que possibilite uma quebra do código ocidental, e que proporcione ao aluno uma pouca oferta de disciplinas voltadas a temática nacional, além de obras relacionadas, contribui de certa forma, e cada vez mais, com o aumento da lacuna do conhecimento nacional e por sua vez, a contínua consolidação do pensamento eurocêntrico na formação dos discentes no curso de filosofia.

Por outro lado, e constituindo a outra face da relação docente-discente, de forma dialética, o aluno deve ser protagonista de si mesmo e de como a experiência filosófica tem que ser intensificada na sala de aula (PIMENTAL e MONTEIRO, 2010, pg. 335). O papel do discente como agente ativo no processo ensino-aprendizagem

pode e deve tentar diminuir o abismo de uma relação vertical de ensino e fazer a roda girar em outra direção. A busca de uma formação crítica e reflexiva filosófica também tem que perpassar pela iniciativa, pela vontade e autonomia discente, apesar da fundamental importância da mediação docente nesse processo. Nesse sentido, Piletti (2013), argumenta:

Todo o esforço do professor será completamente inútil se o aluno não estiver interessado em aprender. [...] Motivar significa predispor o indivíduo para certo comportamento desejável naquele momento. O aluno está motivado para aprender quando está disposto a iniciar e continuar o processo de aprendizagem, quando está interessado em aprender determinado assunto [...] (PILETTI, 2013, p. 31-32).

A condução docente, enquanto educador-filósofo, deveria incorporar esse conhecimento e valorização da produção nacional, pois pode, de alguma forma, refletir na própria valorização do egresso e no futuro professor/pesquisador. No entanto, são tantos os entraves que dificultam essa produção que devemos refletir sobre o próprio processo de ensino de filosofia nas instituições, as quais devem preparar o futuro profissional para o mercado de trabalho, mas também para assumir um papel proativo nas problematizações contemporâneas em que estão inseridos.

### **Entrave ou possibilidade de filosofar? Eis a questão**

A atividade filosófica é dinâmica e inesgotável, pois consiste em desenvolver um pensamento crítico em relação aos problemas próximos, o que nos possibilita engendrar novos caminhos de soluções possíveis. Talvez foi com esse sentido genérico da conceituação filosófica, que no período do regime militar, a imposição demasiadamente de uma educação opressora, sem qualquer abertura para que as ideias pudessem ser dialogadas, foi consolidado, o que de uma certa forma, prejudicou o acesso e a possibilidade de se exercer a reflexão e o pensamento filosófico no ensino nacional.

Pensar implica em ultrapassar limites, do que se supõe como verdade, para justamente encontrar uma resposta mais plausível. Para isso acontecer são necessárias ações complexas. Não basta pensar por pensar, tem que haver um planejamento, uma abordagem definida, *a priori*, acerca do que se pretende solucionar e a formulação de objetivos para o devido aprofundamento cognitivo e intelectual. Desse modo, uma ação reflexiva complexa consiste em processos de análise e interpretação do que foi pensado, propondo codificar ideias abstratas em imagens sensíveis para que outros, a partir dessa concepção, possam entender e reproduzir o que foi pensado, utilizando em outras situações similares.

No entanto, desde a academia esse processo é tolhido de tal forma, que os alunos conseguem no máximo reproduzir algum pensamento de outro filósofo, o qual comumente deve ser homem, europeu, e principalmente branco. Como observa Valmir Pereira (2019):

A hegemonia do etnocentrismo europeu, fez do mundo colonizado a extensão do seu pensamento, cujo centro difusor é a Universidade, formando profissionais de todas as etnias para pensarem e agirem como

se fossem brancos e a defender os princípios de uma epistemologia que não sejam as suas (PEREIRA, 2019, p. 347).

Tudo o que se pede ao estudante é que comente os textos desses filósofos, os quais procuram responder os problemas de sempre (os temas universais), e que o estudante, contudo, não tem o direito de discutir diretamente. De acordo com Murcho (2008, p. 91), “o estudante tem de ser estimulado e ajudado a pensar por si, nos problemas, teorias e argumentos da filosofia”. Por isso, a importância no fazer pensar, com toda sua complexidade, para que a produção textual discente não represente apenas opiniões de senso comum. Murcho ainda nos diz:

[...] Ensinar filosofia é ensinar a pensar criticamente sobre os problemas, as teorias e os argumentos de filosofia. Para isso, o estudante tem de ter instrumentos críticos e informação adequada. Só assim poderá participar de igual para igual no debate das ideias filosóficas (MURCHO, 2002, p. 13).

Desse modo, a filosofia, antes de mais nada, é caracterizada pela discussão de ideias, conceitos, paradigmas e a propositura de novos enredos, porém, as instituições de ensino podem não estar preparadas para absorver tal coisa. Murcho diz que “em uma cultura autoritária haverá a tendência para usar os filósofos como autoridades, substituindo os argumentos que deveríamos usar para defender ideias pela autoridade dos filósofos” (MURCHO, 2008, p. 94). Ainda complemento, que essa autoridade influenciada pela colonialidade subsidia a formação dos futuros filósofos (digo, intérpretes), contribuindo para a continuação do círculo vicioso. Assim, as instituições de ensino de filosofia, comumente optam, decididamente, pela erudição histórica e interpretativa, o que de certa forma permite as construções textuais, que perante esse contexto de ensino, subscreve em meras opiniões de senso comum.

O ensino de filosofia deve ser libertário, reflexivo, sem, contudo, deixar de conhecer os conceitos, ideias, problemáticas e soluções propostas anteriormente por outros pensadores. A história da filosofia, nesse processo, não deve ser negligenciada, como também a bibliografia primária, uma vez que, só se pode aprender a filosofar quem antes aprendeu a filosofia. De modo análogo, só se aprende a pensar quando se compreende, pelo aprendizado, os conteúdos do pensamento. Neste sentido, César Augusto Ramos (2007) argumenta sobre o ensino filosófico de acordo com a perspectiva kantiana, em que:

[...] se há uma disposição natural para atividade do pensar, o seu livre exercício é o melhor instrumento para a produção do conhecimento. Assim como se aprende a nadar nadando, a andar andando, também se aprende a pensar pensando. Essa disposição necessita ser cultivada com a ajuda de um mentor, de um mestre que, ao proceder socraticamente, induz o educando a pensar por si mesmo sem a ação inibidora da tutela. O modo como se ensina e aprende filosofia deve ser coerente quanto ao próprio modo de produção do seu conhecimento: ela não é uma ciência acabada. Por esta razão, deve-se exercitar o seu uso criticamente (RAMOS, 2007, p. 202).

As competências e habilidades que devem ser transmitidas aos alunos devem objetivar o desenvolvimento da reflexão e não o aprimoramento do comportamento tecnicista, ou o aprendizado para o uso das tecnologias midiáticas (mesmo que se

utilize delas como potencial de propagação das reflexões elaboradas). De acordo com Benetti (2005):

[...] o ato de pensar inclui em seu bojo algo que vai além das formas metódicas de direcionar o pensamento, ou seja, traz no seu contexto a construção/desconstrução/experimentação da vida. E potencializar a experimentação da vida e dos afetos advindos da relação com conceitos filosóficos que se produzem em relação com a arte, literatura, política, entre outros (BENETTI, 2005, p. 306).

Desse modo, o objetivo do ensino genuinamente filosófico da filosofia é justamente, ensinar a filosofar, pois de acordo com Kant, a prioridade para o aperfeiçoamento do homem não é a filosofia, mas sim, o ato de filosofar e por isso o alerta kantiano aos educadores para não inibir o homem de pensar por si mesmo, “pensar por si mesmo significa procurar em si mesmo a suprema pedra de toque da verdade (isto é, em sua própria razão); e a máxima que manda pensar sempre por si mesmo é o esclarecimento [*Aufklärung*]” (KANT, 2005, p. 61). Nessa perspectiva, para que se inicie a quebra do ciclo vicioso da reprodução condicionada da filosofia eurocêntrica, as instituições de ensino de filosofia devem fazer o seu papel primordial, que é ensinar a filosofar, e não somente se render ao enciclopedismo ou ao conceitualismo, mas devem, acima de tudo, propor um ensino filosófico. Gallo, assim, nos lembra:

[...] para além de um enciclopedismo pedante e paralisante, além de não criativo, e para além de tomar a filosofia como mero instrumento de uma profissionalização para o “mercado”, esse ícone de nosso tempo, [afirmamos que] o ensino de filosofia será filosófico, ou não o será de forma alguma (GALLO, 2002, p. 208).

Para a promoção de um pensamento crítico, de forma autônoma, os docentes não podem reproduzir apenas um corpo extenso de conteúdo, conceitos de outros filósofos (daqueles longe daqui) transmitidos de forma mecânica, rígida e não reflexiva. A filosofia é a atividade do pensamento, do extravasamento das ideias inatas sob condições férteis, cultivadas por outros que vieram antes de nós. O estudante de filosofia deve, então, entender o caráter crítico da filosofia, e as instituições de ensino devem por outro lado, fomentar um ensino que leve em consideração esse caráter peculiar da filosofia.

Fazer filosofia requer um esforço e dedicação, pois precisa ser praticada com frequência, mantendo um hábito de leitura e criação textual, pois é escrevendo que sistematizamos nosso pensamento. A escrita é a consequência direta de nossa reflexão filosófica. Somente com a prática, o pretense filósofo-aluno ainda na graduação, pode dominar e entrelaçar os conceitos para, posteriormente contribuir com sua habilidade filosófica com intuito de consolidação de uma filosofia genuinamente nacional. Para isso, o ato de filosofar deve envolver assuntos que interessam os sujeitos que vivem em um determinado momento e local e que tenham relação com o sentido geográfico, temporal, cultural, político e econômico. Enfim, deve-se aprender para poder filosofar e nesse sentido, saber é executar, e deve se aprimorar a partir do treino, o que exige dedicação e teoricamente, prazer.

## Considerações Parciais

A frustração do estudante que entra em um Curso de Filosofia no Brasil é real, e passa pelo desencantamento de se transformar em um filósofo quando se formar, como pelas as habilidades e competências fornecidas a ele, durante o processo (tecnicista), isto é, durante sua estadia na universidade, paulatinamente o estudante entende que deve se tornar um especialista e defensor incondicional do seu filósofo preferido, compreender e reinterpretar as ideias dos filósofos (europeus e estadunidense) do passado (MURCHO, 2008, p. 97) e ainda entender que existe apenas uma filosofia (no caso grega). Talvez seja essa a principal razão da pouca participação e contribuição nas discussões e construção da filosofia latino-americana.

Essa influência eurocêntrica foi observada no PPCF da UEPB, em que os eixos temáticos do curso seguem uma ordem cronológica da história da filosofia, como também a pouca presença de componentes sobre a filosofia nacional, indígena, feminina, negra e não-eurocêntrica, o que contraria a meta do curso em formar um sujeito que permita uma construção de emancipação social, no âmbito individual e coletivo, refletindo em termos de uma formação autônoma, criticamente capaz de desenvolver a consciência. O que agrava ainda mais, é a pouca porcentagem desses conteúdos (apenas 2,17% do total de carga horária) na grade curricular, o que distancia cada vez mais do resgate da história filosófica desaparecida. Dessa forma, alguns questionamentos se fazem pertinentes: estarão os alunos fadados ao fracasso de fortalecer um pensamento autônomo? Teremos a possibilidade de resgatar e estudar a história da filosofia brasileira, para que se inicie uma consolidação dentro dessa perspectiva? E por fim, existe uma possibilidade de retomada e novo direcionamento a partir desse quadro?

Com certeza, novos caminhos podem ser trilhados, no entanto, antes de tudo devemos reorganizar a partir de um contexto local, como por exemplo, dentro de um curso de graduação em filosofia. Enquanto docente, podemos e devemos fazer parte dos Colegiados dos Cursos e dos Núcleos Docentes Estruturantes para que novas propostas curriculares possam ser pensadas e implementadas. Nesse contexto, e de acordo com Pereira (2019), o corpo docente pode propor componentes eletivos ou permanentes ligadas a temática nacional, indígena, feminina, não-eurocêntrica, além de atualizar as ementas já existentes, inserindo novos autores, autoras, novas temáticas e transformando a academia branca em uma Universidade multiepistemológica. Pode também propor a criação de programas *Lato Sensu* abrangendo diferentes epistemologias, o que poderá permitir aos já graduados retornarem para essa nova Universidade, colocando seus conhecimentos em outros ciclos e patamares (PEREIRA, 2019). Por outro lado, enquanto discente, podemos participar de representações estudantis e contribuir com voz nas decisões democráticas de possíveis mudanças estruturais.

Essas mudanças podem se iniciarem na graduação, com a permissão e valorização, por parte do docente, da produção textual filosófica discente, a qual poderá continuar em uma sequência de estímulos e experiências durante o ingresso em programas de pós-graduação para a qualificação profissional. O ponto de partida é iniciar com a produção de pequenos textos autônomos, críticos, sem, no entanto, esquecer o embasamento teórico filosófico fundamental, para que a produção não se reduza a mera opinião do senso comum. Para isso, o docente assume um papel

importante nesse processo, o qual deve propor aos alunos, a produção de exercícios filosóficos a partir da leitura de texto, mas utilizando a reconstrução dos conceitos em problemas do mundo e do momento histórico em que se vive. Cabe ao docente orientar o aluno na construção de sua emancipação. Assim, em se tratando de aspectos facilitadores do processo didático exposto, são necessárias duas ações principais, que devem agir de forma indissociável para a autonomia intelectual dos alunos e, posteriormente, dos futuros filósofos, apontadas por Rodrigo (2009):

[...] criar mediações pedagógicas que facilitem o processo de aprendizagem; e promover a transição para a construção da capacidade de pensar por conta própria, de modo que o estudante consiga gradativamente, [...] construir, ele próprio, suas mediações com a Filosofia (RODRIGO, 2009, p. 25).

Enfim, deve-se promover uma quebra dessas amarras epistemológicas pela via descolonial, com o incentivo a prática de uma filosofia mais autônoma e voltada para a nossa realidade, além de concomitantemente, eliminarmos a invisibilidade dos pensadores nacionais e o abandono dos comentários eternos (comentarologia). Para Crisóstomo (2021) devemos iniciar uma nova filosofia sob o ponto de vista materialista prático-poiético (de *poiesis*, produção, criação), com uma intencionalidade sensível significadora. Não devemos mais, portanto, aguardar a vinda mística de um Aristóteles tupiniquim, pois já estamos aqui, fazendo e promovendo uma filosofia relacionada ao nosso contexto autóctone. Basta de espera!! O que devemos fazer, por agora, é valorizar e incentivar novas, Lélia Gonzalez, Nísia Floresta, outros Munduruku e Kopenawa e vários Raimundo de Farias Brito, a filosofar. Avante!!<sup>6</sup>

## Referências

ALLO, S. **Filosofia no Ensino Médio: em busca de um mapa conceitual**. In: FÁVERO, A. A.; RAUBER, J. J.; KOHAN, W. O. (Org.). Um olhar sobre o ensino de filosofia. Unijuí: Editora UNIJUÍ, 2002. p. 189-208.

BENETTI, C. C. **Dificuldades e possibilidades que constituem o ensino-aprendizagem de Filosofia nas escolas: um olhar voltado às implicações singulares na constituição do pensamento**. In: RIBAS, M. A. C. (Org.). Filosofia e ensino: a filosofia na escola. Ijuí: Ed. Unijuí, 2005. p. 303-316.

BETANCOURT, Raul Fornet. **Conceito de interculturalidade**. Entrevista.

BONDY, Salazar. **Existe una filosofía de nuestra América?** Mexico: Siglo XXI, 1968.  
CARVALHO, José Maurício. **A filosofia brasileira: marcos teóricos**. Argumentos - Revista de Filosofia. Fortaleza, ano 13, n.º 25, 2021.

CERQUEIRA, Luiz Alberto. Os letrados e a filosofia no Brasil, ou notas para uma fundamentação da ideia de filosofia brasileira. Argumentos - Revista de Filosofia. Fortaleza, ano 13, n. 25, 2021.

COSTESKI, Evanildo. Ideias para uma epistemologia da filosofia brasileira.

Argumentos - Revista de Filosofia. Fortaleza, ano 13, n. 25, 2021.

CRISÓSTOMO, José S. **Fazer filosofia no Brasil: Civil, prática, transformadora, nossa.** Argumentos - Revista de Filosofia. Fortaleza, ano 13, n. 25, 2021.

DELEUZE, Gilles; GUATTARI, Félix. **O que é a filosofia?** Tradução de Bento Prado Jr. e Alberto Alonso Muñoz. São Paulo: 34, 2010.

DOMINGUES, Ivan. **Legados e perspectivas. Ensaios metafilosóficos.** São Paulo: Editora: UNESP, 2017. 561p.

FANON, Frantz. **Pele negra, máscaras brancas.** Tradução de Renato da Silveira. Salvador: EDUFBA, 2008.

FORNET-BETANCOURT, Raul. **Filosofia Latino-americana: possibilidade o realidade? Libertação, liberación.** Revista de Filosofia- ano III. n 1, vol 3, Págs. 93-108, 1993.

GALLO, Sílvio. **Metodologia do ensino de filosofia: uma didática para o ensino médio.** Campinas: Papirus, 2012.

GOMES, R. **Crítica da Razão Tupiniquim.** Coleção prazer em conhecer, 11 ed. São Paulo: FDT, 1994.

HOFFMANN, Jussara. **Avaliação Mediadora: uma prática em construção da pré-escola à universidade.** Porto Alegre/RS: Editora Mediação. 2009.

HORN, Geraldo Balduino. **A presença da filosofia no currículo do ensino médio: uma perspectiva histórica.** In: GALLO, Sílvio; KOHAN, Walter Omar (Orgs.). *Filosofia no ensino médio.* Petrópolis: Vozes, 2000. p. 17-33.

KANT, I. **Sobre a Pedagogia.** Trad. Francisco Cock Fontanella. Piracicaba: Ed. UNIMEP, 1996.

LIBÂNEO, José Carlos. **Didática.** São Paulo: Cortez, 1994.

MARGUTTI, Paulo. **Filosofia brasileira e pensamento descolonial.** *Sapere aude* – Belo Horizonte, v. 9, n. 18, p. 223-239, 2018.

MENDIETA, Eduardo (ed.). **Latin American philosophy. Currents, issues, debates.** Bloomington: Indiana Un. Press, 2003.

MURCHO, Desidério. **A natureza da filosofia e o seu ensino.** Revista Educação, v. 27, nº 02, p. 13-17, 2002.

\_\_\_\_\_. **A natureza da filosofia e o seu ensino.** Educação e Filosofia, Uberlândia, v. 22, n. 44, p. 79-99, 2008.

NOGUERA, Renato. **Introdução à filosofia a partir da história e culturas dos povos indígenas**. Revista Interinstitucional Artes de Educar. Rio de Janeiro, v. 1, n. 3, pag 394-407, 2016.

PALÁCIOS, Gonçalo Armijo. **De como fazer filosofia sem ser grego, estar morto ou ser gênio**. Goiânia: Ed. UFG, 2004.

PEREIRA, Valmir. **A filosofia africana como caminho multiepistemológico na academia branca**. Problemata: R. Intern. Fil. v. 10. n. 2, p. 346-360, 2019.

PILETTI, Nelson. **Aprendizagem: teoria e prática**. São Paulo: Contexto, 2013.

PIMENTEL, Anderson M. S. e MONTEIRO, Dawson B. **O professor de filosofia: limites e possibilidades – dinâmica e problematização do ensino-aprendizagem**. Educação e Pesquisa, São Paulo, v. 36, n.1, p. 325-338, 2010

PUPIN, Eloy. **Trajetórias do ensino de filosofia no Brasil: rupturas e continuidades**. 2006. 144 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Centro Universitário Moura Lacerda, Ribeirão Preto-SP, 2006. Disponível em: <<http://www.mestrdomouralacerda.com.br/dissertacao/100/Trajeto%F3rias-do-ensino-de-Filosofia-no-Brasil%3A-rupturas-e-continuidades>>. Acesso em: 20 mai. 2021.

SALAZAR BONDY, Augusto. **¿Existe una filosofía de nuestra América?** México: Siglo veintiuno editores, 1968.

SILVEIRA, Ronie A. T. **A brasileiríssima filosofia brasileira**. Síntese, v. 43, n. 136, 2016.

SANTOS, Thiago. F. **Panorama histórico da filosofia no Brasil: da chegada dos jesuítas ao lugar da filosofia na atualidade**. Seara Filosófica, n. 12, p. 126-140, 2016.

SOFISTE, Juarez. **Filosofia Latino-americana: filosofia da libertação ou libertação da filosofia?** Revista Ética & Filosofia Política, v. 8, N. 1, 2005.

SPIVAK, G.C. **Pode o subalterno falar?** Belo Horizonte: Editora MG, 2010.

UNIVERSIDADE ESTADUAL DA PARAÍBA. **Resolução 141**, de 28 de outubro de 2016, aprova o Projeto Pedagógico do Curso de Graduação em Filosofia do CEDUC no campus I, e dá outras providências. Campina Grande: UEPB, 2016.

\_\_\_\_\_. **Projeto Pedagógico de Curso PPC: Filosofia (Licenciatura)**. Campina Grande: EDUEPB, 2016.

ZEA, Leopoldo. **La filosofía americana como filosofía sin más**. México: Siglo veintiuno editores, 1969.



---

<sup>1</sup> Biólogo Doutor em Ecologia e Conservação pela Universidade Federal de Uberlândia (UFU). Discente do curso de Licenciatura em Filosofia da Universidade Estadual da Paraíba. Professor Associado e Coordenador do Laboratório de Ecologia Neotropical (EcoTropics) da Universidade Estadual da Paraíba. Membro do corpo docente permanente do Programa de Pós-Graduação em Ecologia e Conservação. Departamento de Biologia, UEPB. Email: [defarialopes@gmail.com](mailto:defarialopes@gmail.com); ORCID: <https://orcid.org/0000-0001-6472-6765>, Lattes: <http://lattes.cnpq.br/7106113858621739>

<sup>2</sup> Segundo FANON (2008, p.15) o colonialismo epistemológico pode ser entendido como um massacre associado à colonização, não somente pela subordinação material, mas também devido a colonização fornecer os meios pelos quais as pessoas são capazes de se expressarem e de se entenderem, que transformou o negro em um ser passivo e sem ação diante da situação de dominação. O autor identifica isso em termos radicais no cerne da linguagem e até nos métodos pelos quais as ciências são construídas.

<sup>3</sup> Para uma leitura mais detalhada nessa temática, interessante iniciar pela obra "Latin American philosophy. Currents, issues, debates" de Eduardo MENDIETA (2003), Edição Bloomington: Indiana Un. Press.

<sup>4</sup> Gayatri Chakravorty Spivak é uma pensadora hindu que possui contribuições importantes dentro da perspectiva de pensar o sujeito que fala, partindo de discussões filosóficas de estudos pós-coloniais e do Grupo de Estudos Subalternos. Em sua obra *Pode o subalterno falar?* (SPIVAK, 2010), ela questiona o comportamento de muitos intelectuais que em nome de uma busca de reconhecimento da voz do Outro, acabam por falar pelo Outro.

<sup>5</sup> A abordagem historicista consiste em substituir a filosofia pela sua história, isto é, a escolha de um ou dois filósofos que o docente geralmente conhece melhor porque os pesquisam, e reduz a disciplina aos conceitos de tais filósofos. Dessa forma, o estudante não aprende a filosofar, mas apenas a explicar as filosofias alheias, e eventualmente a reinterpretá-las infinitamente, pensando que ao fazer isso esteja filosofando.

<sup>6</sup> Gostaria de agradecer as ricas discussões sobre o processo descolonial e sobre filosofias negras, femininas e brasileiras promovidas pelos professores doutores Valmir Pereira e Otacílio Gomes da Silva Neto, ambos do Departamento de Filosofia da UEPB, as quais me incentivaram e me auxiliaram na construção desse manuscrito.

Recebido em: 10/2021

Aprovado em: 07/2022